Subject: Matéria sobre a Distribuição do Superávit do PBS-A divulgada no Jornal Valor Econômico

Sistel
Fundação Sistel de Seguridade Social

Informe SISTEL - EXTRA

Brasília, 8 de setembro de 2011

Participantes e Assistidos,

Disponibilizamos matérias relacionadas à distribuição do Superávit do plano PBS-A, divulgadas hoje dia 8/9/2011 no Jornal Valor Econômico. Clique aqui para conferir!

Este posicionamento ao público da Sistel reforça o comprometimento da Fundação com o princípio da transparência e ética em suas ações.

Cordialmente,

Fundação Sistel de Seguridade Social

Valor ECONÔMICO

Burocracia atrasa repasse de recursos para a Telebrás

Por **Daniel Rittner | De Brasília**

Bolivar Tarragó, da Telebrás: regulamento dos planos precisa ser alterado

Uma novela que se arrasta há mais de oito meses demonstra como o poder público, por meio de excessivos trâmites burocráticos, consegue complicar decisões aparentemente simples e até jogar contra o reforço do próprio caixa. Desde dezembro, a Telebrás está apta a receber a primeira parte de um montante que pode chegar a R$ 170 milhões - fruto de superávit bilionário acumulado pelo fundo de pensão Sistel -, mas a falta de coordenação entre a empresa estatal e o Ministério do Planejamento tem bloqueado o repasse dos recursos.

Esse valor equivale a praticamente metade de todo o orçamento da Telebrás em 2011. A empresa está no centro do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), uma das prioridades máximas da presidente Dilma Rousseff. Dos R$ 350 milhões previstos para este ano, cerca de R$ 230 milhões foram efetivamente liberados.

A Sistel, sétima maior entidade de previdência complementar fechada do país, tem R$ 1,1 bilhão em superávit para distribuir imediatamente. Metade desse valor cabe a 24 mil contribuintes - aposentados e pequena parte ainda na ativa - dos três planos. A outra metade deve ser repassada às empresas patrocinadoras. São patrocinadoras do PBS-A, principal plano e mais adiantado nos trâmites para distribuição do superávit, a Telebrás e mais dez empresas - Telefônica, TIM e Oi fazem parte da lista. Outros dois planos também vão ter repasses.

De acordo com a Sistel, a Telebrás tem cerca de R$ 35 milhões disponíveis desde o fim do ano passado, como cota que lhe cabe do PBS-A. Os recursos que completam o valor total de R$ 170 milhões, referentes ao segundo e ao terceiro plano, dependem da solução que for dada ao PBS-A.

Para que haja distribuição do superávit, é necessário o aval de todas as patrocinadoras para mudar o regulamento dos planos, conforme exigência definida na resolução 26/2008 do Comitê de Gestão da Previdência Complementar (CGPC). A diretoria e o conselho deliberativo da Sistel recomendaram a alteração do regulamento. Dez das 11 empresas patrocinadoras já deram sinal verde à mudança. Só ficou faltando a Telebrás. Enquanto ela não fizer isso, a distribuição não pode ocorrer e os recursos não podem ser liberados.

A estatal entende que o regulamento dos planos deve ser alterado. "É preciso mudá-lo para distribuir o superávit", afirma o diretor de administração e relações com investidores da Telebrás, Bolivar Tarragó Moura Neto. Em reunião no início de agosto, o conselho de administração da empresa aprovou essa medida.

No entanto, a mudança vinha sendo vetada desde a virada do ano pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), do Ministério do Planejamento. Em ofício enviado à Sistel, em maio, o departamento se disse favorável à distribuição do superávit, mas alegou que não é necessário alterar os planos. Na prática, essa resistência impediu todas as partes envolvidas de receber a cota do superávit que lhes cabe. Metade do repasse é feita à vista. Outra metade é paga em 48 parcelas.

Para o diretor da Telebrás, a discussão sobre a necessidade de alteração ou não dos planos está "relativamente superada" e falta pouco para solucionar o impasse. Ele minimiza o problema. "Às vezes o pessoal fica um pouco ansioso, mas é natural que isso aconteça. É um processo naturalmente demorado", diz Tarragó.

Funcionários do Dest afirmam que houve um entendimento inicial de que o regulamento do plano não precisava ser alterado, a fim de atender às exigências da resolução 26/2008. Depois, a interpretação mudou. Em ambos os casos, tudo foi conversado com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). "Não fizemos nada à revelia", assegura o coordenador-geral de Informação e Previdência Complementar do Dest, Antônio Fernando Toni.

De acordo com ele, para receber o sinal verde do departamento e destravar o processo de liberação do superávit da Sistel, a Telebrás precisa encaminhar um novo ofício com a proposta de alteração do regulamento do plano. Até agora, nenhum documento chegou ao Planejamento. "O Dest está apenas esperando, não vai sair correndo atrás de ninguém. Quem tem que enviar o processo novamente é a Telebrás", explica Toni.

O coordenador atribui a demora nos trâmites a "falhas de comunicação" entre as partes envolvidas. Ele não se compromete com um prazo para a liberação do superávit, já que tudo depende dos "ajustes" que serão propostos na mudança do plano, mas garante que o ministério tem interesse no desbloqueio rápido dos recursos, como forma de aumentar o caixa da Telebrás.

Toni esclarece que a análise do Dest se refere a apenas um dos três planos em que a Sistel registrou superávit para fazer a distribuição. "Se os ajustes estiverem corretos, não há problema nenhum (em liberar o repasse)."

O superávit acumulado pela Sistel alcança R$ 2,6 bilhões e reflete o excedente das reservas matemáticas, que incluem todos os valores necessários para pagamento aos aposentados e pensionistas, de acordo com uma tábua de mortalidade conservadora, estipulada pela Previc. Os fundos de pensão, por segurança atuarial, adotam tábuas ainda mais conservadoras.

O superávit está integralmente aplicado em títulos públicos, que representam 79% da carteira de investimentos da Sistel. A diretoria do fundo acredita que, em 2012, haverá possibilidade de fazer uma nova distribuição.

FUNDOS DE PENSÃO OPERADORAS PREVIDÊNCIA TELECOM Brasil Oi Telebrás Telefônica TIM

Valor ECONÔMICO

Imprimir

24 mil aposentados e contribuintes estão à espera da liberação do dinheiro

Por

Gérson Rodrigues, da Apas: aposentados esperam distribuição do superávit da Sistel para colocar contas em dia.

O episódio da distribuição do superávit da Sistel chama a atenção pelo desfalque que causa ao orçamento da Telebrás, mas tem uma dimensão humana: cerca de 24 mil aposentados e pensionistas também estão à espera do repasse do dinheiro, desde o fim do ano passado, mas ficam impedidos de receber até diferentes órgãos do governo se entenderem.

Os contribuintes da Sistel - ativos e inativos - têm cerca de R$ 550 milhões para receber. Esse valor equivale à metade do superávit a ser distribuído pelo fundo de pensão. A outra metade será destinada às entidades patrocinadoras, como a Telebrás, que colaboravam com os planos de previdência. Cada contribuinte tem, em média, quase R$ 23 mil para receber, em 36 parcelas.

O engenheiro de telecomunicações Eugênio Oliveira, aposentado em 1998 depois de 34 anos de trabalho na Telerj, é um dos assistidos da Sistel que aguardam com ansiedade o desfecho da troca de notas técnicas e ofícios entre o fundo de pensão, a Telebrás e o Ministério do Planejamento.

"Não preciso desse dinheiro para sobreviver. Mas ele seria muito bem-vindo, porque é merecido, e há pessoas que dependem de mim", afirma o aposentado, de 65 anos. Sem revelar qual é o valor de seu benefício, Oliveira vive a expectativa de receber a cota que lhe pertence do superávit, porque "a gente fica até respirando melhor quando está com dinheiro na conta". Ele aderiu ao último plano de incentivo à aposentadoria, quando a Telerj passou para as mãos da Telemar (hoje Oi). "Foi a última oportunidade. Quem ficou, levou um pé", afirma.

Nem todos os assistidos têm a situação relativamente confortável de Oliveira. Apesar de benefícios que chegam a R$ 10 mil por mês, o presidente da Associação de

Participantes da Sistel (Apas) no Rio de Janeiro, Gérson Rodrigues, diz que há operadores de telefone e "cabistas" (funcionários responsáveis pela instalação e manutenção dos cabos telefônicos) com benefícios do fundo de pensão entre R$ 300 e R$ 400.

"Para se antecipar às demissões das teles que foram privatizadas, muita gente se aposentou antes do mínimo de 35 anos de serviço e 57 anos de idade, exigido pelo plano para receber o benefício integral", afirma Rodrigues. De acordo com ele, há casos de aposentados e pensionistas que contam com a distribuição do superávit da Sistel para colocar as contas em dia. "Temos tido vários casos de associados que recorrem a resíduos de empréstimos a que eles têm direito. Pegam empréstimos de R$ 150 para pagar em até 60 meses. Ou seja, estão desesperados", lamenta. **(DR)**